



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**QUEM SÃO E O QUE FAZEM OS ORIENTADORES EDUCACIONAIS DAS
ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL?**

LANA RODRIGUES OLIVEIRA

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição da Silva Freitas

BRASÍLIA – DF

2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LANA RODRIGUES OLIVEIRA

**QUEM SÃO E O QUE FAZEM OS ORIENTADORES EDUCACIONAIS DAS
ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL?**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito parcial à obtenção de grau de licenciado em Pedagogia, submetido à comissão examinadora da Faculdade de Educação – FE da Universidade de Brasília – UnB, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição da Silva Freitas.

BRASÍLIA – DF

2018

OLIVEIRA, Lana Rodrigues.

Quem são e o que fazem os orientadores educacionais das escolas públicas do Distrito Federal? / Lana Rodrigues Oliveira – Brasília, 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em pedagogia) – Universidade de Brasília, 2018.

Orientadora: Prof^aDr^a Maria da Conceição da Silva Freitas

Palavras-chave: Orientação Educacional. Atuação profissional. Projetos educacionais. Teoria. Prática.

TERMO DE APROVAÇÃO

LANA RODRIGUES OLIVEIRA

QUEM SÃO E O QUE FAZEM OS ORIENTADORES EDUCACIONAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL?

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito parcial à obtenção de grau de licenciado em Pedagogia, submetido à comissão examinadora da Faculdade de Educação – FE da Universidade de Brasília – UnB, sob a orientação da Professora Dr^a Maria da Conceição da Silva Freitas.

BANCA EXAMINADORA

Prof^aDr^a Maria da Conceição da Silva Freitas (Orientadora)

Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

Prof^aDr^a Sandra Ferraz C. D. Freire – Faculdade de Educação,

Universidade de Brasília

Prof^a Norma Lúcia Neris de Queiroz – Secretaria de Educação do Distrito Federal

Prof^a. Dr^a. Olgamir Francisco de Carvalho (suplente) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília

Aos meus familiares, amigos e a professora orientadora Maria da Conceição Silva Freitas, por todo apoio durante o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela minha vida e por todas as oportunidades que tive.

A minha mãe, Rosália, pela educação que proporcionou, pelo incentivo aos meus estudos e por acreditar nos meus sonhos.

Aos demais familiares, por todo incentivo.

Ao meu namorado, Jonatha, por ter me dado tanto apoio, amor e carinho durante minha trajetória de formação, pessoal, acadêmica e profissional.

As amigas que a graduação me proporcionou, que compartilharam comigo todos os sentimentos de felicidade, angústia e incertezas presentes no âmbito acadêmico.

Aos professores que se fizeram presentes durante minha formação, principalmente aos que foram inspiradores para a minha futura prática docente.

Às escolas que tive oportunidade de fazer estágio, pois me fizeram crescer pessoal e profissionalmente.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho de final de curso teve como objetivo conhecer quem são e o que fazem os Orientadores Educacionais das escolas públicas do Distrito Federal, fazendo um parâmetro entre a teoria, as legislações e a prática. Considerando o histórico de implementação da orientação no Brasil, articulando com a prática atual na Secretaria de Educação do DF, a pesquisa foi desenvolvida por meio de um levantamento de referencial teórico e legal para fundamentação. A partir da pesquisa qualitativa, foram selecionadas três orientadoras atuantes em duas regiões administrativas de grande crescimento populacional, que posteriormente foram entrevistadas, com perguntas geradoras sobre a prática na atualidade. Com a coleta dos dados e a análise dos mesmos, percebeu-se que a orientação ainda busca o reconhecimento do seu papel dentro das instituições de ensino, no DF, devido ao fato de que algumas das orientadoras recebem no SOE, alunos com problemas que poderiam ser resolvidos em sala de aula pelo professor, também pelo fato de uma das orientadoras ter que apresentar anualmente aos novos professores da instituição, qual o seu papel. Percebi também que há uma sobrecarga no trabalho do orientador, pela falta de assistência das chamadas redes de apoio e das famílias das crianças. Todavia, destaca-se como diferencial, o trabalho dos orientadores nos projetos educacionais.

Palavras-chave: Orientação Educacional. Atuação profissional. Projetos educacionais. Teoria. Prática.

ABSTRACT

This end-of-course work had as objective, to know who are and what do the Educational Advisors of the public schools of the Federal District, making a parameter between theory, legislation and practice. Considering the history of orientation implementation in Brazil, articulating with the current practice in the DF's education department. The research was developed by means of a theoretical and legal referential survey for grounding. Three active counselors were selected in two administrative regions of great population growth, which were later interviewed, in a qualitative approach, with generating questions about current practice. With the data collection and the analysis of the data, it was noticed that the orientation still seeks recognition of its role within the educational institutions, due to the fact that some of the counselors receive in the SOE, students with problems that could be solved in teacher, also because one of the counselors has to present each year to the new teachers of the institution, what is their role. I also noticed that there is an overload in the counselor's work, the lack of assistance from so-called support networks and the families of the children.

Keywords: Educational orientation. Professional performance. Educational projects. Theory. Practice.

Sumário

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I: TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL E CONCEITUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL.....	19
1.1. A institucionalização da profissão de Orientador Educacional	19
1.2 A regulamentação do exercício profissional.....	23
CAPÍTULO II: METODOLOGIA.....	26
2.1 Método	26
2.2 Participantes	27
2.3 Instrumentos	28
2.4 Procedimento.....	28
CAPÍTULO III:ANÁLISE DOS DADOS.....	29
3.1 Contexto em que a orientação está inserida	29
3.2 Quem são os orientadores educacionais das escolas públicas do Distrito Federal?	30
3.3 A escolha do curso e habilitação.....	32
3.4 Formação continuada	33
3.5. O que fazem os orientadores educacionais das escolas públicas do Distrito Federal?.....	34
3.5.2 A orientação em relação às famílias	36
3.5.3 A orientação em relação aos alunos.....	37
3.5.3.1 Projetos realizados nas escolas.....	39
3.5.4 A importância das redes de apoio.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
PERSPECTIVAS FUTURAS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1 _ Atuação das orientadoras	30
Gráfico 1 _ Idade das orientadoras educacionais	31
Gráfico 2 _ Tempo de atuação na orientação educacional	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DF – Distrito Federal

EAPE - Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EJA – Educação de Jovens e Adultos

GDF – Governo do Distrito Federal

LA – Liberdade Assistida

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PAS – Programa de Avaliação Seriada

Pdad - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PPP - Projeto Político Pedagógico

SEEDF – Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal

SOE - Serviço de Orientação Educacional

SUS – Sistema Único de Saúde

OE-Orientador Educacional

UnB – Universidade de Brasília

APRESENTAÇÃO

Este trabalho intitulado “Quem são e o que fazem os orientadores educacionais das escolas públicas do Distrito Federal?”, visa compreender quem são os orientadores educacionais atuantes na secretaria de educação traçando um perfil quanto ao sexo, à idade, ao estado civil e o que fazem esses orientadores, buscando identificar quais seriam suas práticas diárias referentes à comunidade escolar, direção, professores, famílias e alunos, dificuldades e atividades desenvolvidas no percurso do exercício profissional.

O primeiro capítulo traz a trajetória da orientação educacional nas esferas teórica e legal. Desde o seu surgimento, a partir da orientação vocacional profissional nos Estados Unidos, seu período de implementação no Brasil. A regulamentação do exercício da profissão do orientador e suas obrigações, a orientação como obrigatoriedade na LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao longo dos anos e a retirada a obrigatoriedade da orientação nas escolas e também sobre as diretrizes que regulamentam a habilitação.

O segundo capítulo se refere à metodologia utilizada na pesquisa, que possui uma abordagem qualitativa, a partir da qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três orientadoras educacionais atuantes na educação infantil, ensino fundamental I e II e educação de jovens e adultos. Para essa entrevista foram utilizadas perguntas geradoras presentes nos anexos deste trabalho, onde as orientadoras puderam falar de maneira mais aberta e analítica sobre os assuntos em que consideravam relevantes. Neste capítulo, estão presentes as dificuldades enfrentadas no decorrer da pesquisa e a motivação da escolha dessas três orientadoras.

O terceiro capítulo refere-se à análise dos dados, que foram separados em categorias e analisados de acordo com os conhecimentos legais e teóricos, decorrentes dos estudos presentes no capítulo 1 e da bagagem teórica da

autora do trabalho, onde foram utilizados tabelas, gráficos para a tabulação de alguns dados relevantes.

E, por último, as considerações finais a respeito da pesquisa e sobre a prática dos orientadores educacionais das escolas públicas no Distrito Federal na atual e real situação educacional.

MEMORIAL EDUCATIVO

Ingressei em uma escola particular aos dois anos, na cidade de Ceilândia – Distrito Federal, lá estudei dos dois aos cinco anos, tive uma boa base de formação, pois aprendi a ler entre os quatro e cinco anos. Com cinco anos, ingressei em uma escola pública na educação infantil, no 2º período, no ano seguinte no 3º período, a professora viu que eu tinha uma base de leitura e escrita maior que a dos demais alunos, realizou um teste comigo, para que eu lê-se e escrevesse pequenas frases, com a confirmação, sugeriu aos meus pais para que eu fosse promovida para o ano seguinte. Então, na semana seguinte ingressei em uma turma de primeira série, com alunos um ano mais velhos que eu, uma turma muito maior que a anterior, tive um choque muito grande, a professora fazia cópias no quadro com letra cursiva, na qual eu não possuía muita familiaridade, com isso tive que “aprender” de forma mais rápida e urgente a compreender. Permaneci nessa escola durante todos os anos iniciais do ensino fundamental, tive excelentes professores, que me marcaram de maneira significativa.

No ano seguinte, fui para os anos finais do ensino fundamental, uma escola muito maior da que eu havia estudado anteriormente, porém tive uma boa adaptação, nessa escola não fiz grandes amigos e apenas alguns professores me marcaram, como a professora Kátia de língua portuguesa, que tinha uma maneira extremamente didática e amorosa de explicar os conteúdos.

A última etapa escolar chegou com o ensino médio, uma pressão relacionada ao PAS (Programa de Avaliação Seriada), ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), vestibulares afins. Durante os três anos, pensei em diversos cursos, como Enfermagem, Direito, Letras Inglês até enfim chegar a Pedagogia. Professores inspiradores me ajudaram a decidir sobre a profissão docente.

Em março de 2015 ingressei na UnB – Universidade de Brasília, no curso de Pedagogia, através do PAS, foi uma mistura de sentimentos bons, expectativas e muita ansiedade.

Quando escolhi o curso, não pensei muito bem nas disciplinas que iria cursar, pensei logo no final, que iria ser professora, fazer parte da trajetória de tantas crianças, com a possibilidade de mudar o mundo através da educação. Contudo, tive disciplinas exaustivas, aulas entediadas e por diversos momentos pensei se aquilo era o que eu realmente queria. Mas com o passar dos semestres, professores inspiradores surgiram, trazendo consigo, aquela esperança que eu tinha quando escolhi minha profissão, cada um do seu modo, foram me fortalecendo para que eu chegasse até a conclusão do curso, os professores, Maria da Conceição, Miliane Nogueira, Cristiano Muniz, Juarez Tuchinski, Graciela Watanabe e Fernanda Muller, mestres inspiradores durante a graduação.

Tive a oportunidade de ser bolsista no Proic – Programa de Iniciação Científica, durante seis meses e desenvolver um artigo sobre mobilidade urbana de crianças pequenas no Distrito Federal, onde tive um contato maior com o campo da pesquisa acadêmica, embora não tenha me identificado com o tema durante a trajetória da pesquisa, tive grandes aprendizados.

A oportunidade de conhecer a profissão na prática, a partir terceiro semestre, através dos estágios, fez com que a minha formação se tornasse mais completa e consolidou minha certeza sobre a escolha da minha profissão.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo conhecer e compreender quem são os orientadores educacionais atuantes nas escolas públicas do Distrito Federal, quais são suas práticas cotidianas quais são os desafios teóricos e metodológicos deste ser profissional.

Nos primeiros semestres do curso, pude ingressar em um estágio não obrigatório, em uma instituição de ensino particular, onde pude perceber que muitos autores orientam sobre como se deve dar a prática em sala de aula, mas quando nos deparamos com problemas reais, dificilmente recorreremos a autores, vamos aprendendo de acordo com a demanda e a necessidade dos fatos. Que teoria e prática necessitam uma da outra, mas que realmente aprendemos com problemas reais, de acordo com a temporalidade em que a sociedade se encontra. Contudo, não podemos prescindir do papel fundamental da teoria na condução da boa prática.

Durante a disciplina de orientação educacional, pude conhecer diversos autores que deram significados a orientação e suas funções. A partir desses conhecimentos, me identifiquei com essa profissão. Escolhi esse tema devido a vontade de conhecer mais sobre a prática da orientação e em escolas públicas, onde desejo atuar.

CAPÍTULO I: TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL E CONCEITUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

1.1. A institucionalização da profissão de Orientador Educacional

Grinspun (2011) afirma que o conceito de orientação educacional (OE), se divide em três dimensões específicas, a legalista que trata das legislações que abordam a OE: a funcionalista, criada a partir da realidade e das expectativas da comunidade escolar e por último a realista, define o conceito construído pelos próprios orientadores.

A orientação teve seu início nos Estados Unidos, com Frank Parsons, em 1908, uma orientação voltada para aspectos vocacionais. Segundo Grinspun (2011) a orientação, no Brasil, surgiu com um cunho psicológico, terapêutico e corretivo. Inicialmente, a orientação visava apenas adaptar o aluno a escola, mas devido as demandas da sociedade, outras atribuições foram incorporadas a profissão do orientador.

Segundo Grinspun (2011) durante o período de implementação no Brasil, a OE sofreu grande influência americana. Em tal período, buscava-se um conceito para a orientação, havia três correntes americanas que predominavam em relação a esse conceito. A de Parsons limitada apenas para a orientação profissional, a corrente de Brewer e Jones, que via a orientação como uma educação individualizada e a corrente de Koos e Kafauver, que atribuía três funções à orientação: informar os alunos as oportunidades escolares e profissionais, conhecer melhor o aluno e guiar os estudantes individualmente.

Seguindo a linhagem histórica dessas três correntes, o período de implementação da orientação no Brasil foi dividida nos seguintes períodos:

- Período implementador - de 1920 a 1941, sedimentação da OE no Brasil.
- Período Institucional - de 1942 a 1960 - exigência legal da OE nas instituições de ensino e cursos de formação de professores
- Período Transformador - de 1961 a 1970 - implementação da lei nº 4.024/61, em que o orientador recebe respaldo para trabalhar os aspectos educativos e vocacionais.
- Período Disciplinador - de 1971 a 1980 - OE tornou-se obrigatória nas escolas

- Período Questionador - de 1980 a 1990, caracterizado pela discussão das práticas, valores e a realidade social do aluno.
- Período Orientador -a partir de 1990, orientação educacional atuando na formação do educando crítico e participativo na sociedade. (OLIVEIRA et al., 2010)

As chamadas leis orgânicas, implementadas a partir de 1942 , onde pela primeira vez foram feitas referências à orientação educacional (GRISNSPUN, 2011)

A Lei nº 4.024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, apresenta explicitamente a orientação educacional, em uma dimensão vocacional voltada para as aptidões individuais e também para a formação do OE.

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e ao desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

Art. 57. A formação de professores, orientadores e supervisores para as escolas rurais primárias poderá ser feita em estabelecimentos que lhes prescrevem a integração no meio.

Art. 62. A formação do orientador de educação será feita em cursos especiais que atendam às condições do grau do tipo de ensino e do meio social a que se destinam.

Art. 63. Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério.

Art. 64. Os orientadores de educação do ensino primário serão formados nos institutos de educação em curso especial a que terão acesso os diplomados em escolas normais de grau colegial e em institutos de educação, com estágio mínimo de três anos no magistério primário.

A Lei nº 5.564/68, que provê o exercício da profissão de orientador educacional, dentro de seus oito artigos, regulamenta os objetivos da orientação em seu primeiro artigo, logo após no 3º artigo, diz respeito à formação do orientador, que está explicitada nos artigos 62, 63 e 64 da LDB de 1961.

Art 62. A formação do orientador de educação será feita em cursos especiais que atendam às condições do grau do tipo de ensino e do meio social a que se destinam.

Art 63 Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que dão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com mínimo de três anos no magistério.

Art 64. Os orientadores de educação do ensino primário serão formados nos institutos de educação em curso especial a que terão acesso os diplomados em escolas normais de grau colegial e em institutos de educação, com estágio mínimo de três anos no magistério primário.

O artigo 6º da lei nº 5.564/68, diz que as disposições da lei foram regulamentadas pelo Poder Executivo, incluindo uma definição do código de ética dos orientadores educacionais. A lei entrou em vigência em 21 de dezembro de 1968.

A Lei nº 5.692/71, fixando as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, revogou a lei 4.024 e instituiu obrigatoriamente a orientação educacional.

Art 10 Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade.

Em 26 de setembro de 1973, o decreto-lei nº 72.846 foi homologado, regulamentando as atribuições da profissão de OE, divididas em privativas dos

OE's e as atribuições complementares que deveriam ser desenvolvidas com os demais profissionais da comunidade escolar.

O decreto estabeleceu as seguintes atribuições:

a) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em nível de:

1 - Escola;

2 - Comunidade.

b) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional dos órgãos do Serviço Público Federal, Municipal e Autárquico; das Sociedades de Economia Mista Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas.

c) Coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global.

d) Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.

e) Coordenar o processo de informação educacional e profissional com vista à orientação vocacional.

f) Sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando.

g) Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.

h) Coordenar o acompanhamento pós-escolar.

i) Ministras disciplinas de Teoria e Prática da Orientação Educacional, satisfeitas as exigências da legislação específicas do ensino.

j) Supervisionar estágios na área da Orientação Educacional.

l) Emitir pareceres sobre matéria concernente à Orientação Educacional.

Com a publicação do decreto mencionado anteriormente, a orientação obteve uma amplitude em seus campos de atuação, deixando de ser visto como solucionador, ou terapeuta de “alunos problema”, agregando mais atribuições, além das constituídas nos anos anteriores.

“O orientador, que já havia sido concebido como um agente de mudança, um terapeuta que deveria rogerianamente atender os alunos-problema, um “psicólogo” que só deveria trabalhar as

relações interpessoais dentro da escola, um facilitador da aprendizagem, vai pouco a pouco, deixando essas funções/denominações para assumir, com mais uma competência técnica, seu compromisso político na e com ela” (GRINSPUN, 2006, p. 31)

A Lei nº9.394/96, instituiu a LDB, que retira de seu texto a obrigatoriedade da O.E nas escolas. E cita explicitamente apenas no artigo 64, que diz respeito à formação profissional.

Art 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional .

Porém, a Resolução nº1 de 2006, trouxe as novas diretrizes curriculares do curso de Pedagogia, deixando dúvidas sobre a habilitação do curso pois na íntegra, diz que:

Art 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional, na área de serviços apoio escolar em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

1.2 A regulamentação do exercício profissional

A lei Nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, provê o exercício da profissão de orientador educacional, e em seu primeiro artigo, atribui significado a profissão e sua prática:

Art. 1º A orientação educacional se destina a assistir ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

A lei estabelece:

- a) O objeto da orientação educacional (o educando);
- b) Os tipos de atuação do orientador (individualmente e em grupo);
- c) O local de atuação do orientador (escolas de nível médio e primário);
- d) Os fins de orientação educacional:
 - Desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade do aluno;
 - Ordenação e integração dos elementos que exercem influência na formação do educando;
 - Preparação do educando para o exercício das opções básicas.Observa-se que a orientação neste período é conceituada como uma atividade intencional sistemática experimental e com métodos objetivos próprios. (NÉRICE, 1992, p.31)

O decreto Nº 72.846, de setembro de 1973, determinou as atribuições do orientador educacional, que estavam ligadas à inserção da orientação na escola e na comunidade, em que o orientador deveria planejar, participar, coordenar e supervisionar processos relacionados à orientação de todos agentes presentes no ambiente escolar.

Segundo Pascoal (2006), o papel do orientador é ser mediador entre o aluno, as situações de caráter didático-pedagógicas e ações socioculturais.

Para Grinspun (2011), o papel do orientador educacional está relacionado com a mudança social, através do questionamento do modo de perceber o mundo, da valorização dos conteúdos que serão transmitidos os alunos como instrumentos que lhes permitam transformar a sociedade.

Dantas (2011) afirma que o Orientador Educacional deve estar sempre atento a identificar as diferenças individuais de cada aluno, esse procedimento acontece através de observações no recreio ou em sala de aula.

A partir das prescrições legais e conceituais previstas para a execução do trabalho da Orientação Educacional o questionamento deste Trabalho de Conclusão de Curso é saber como se dá essa prática do orientador educacional em escolas públicas do Distrito Federal. Que tipo de problema o orientador enfrenta em relação aos alunos, à escola, aos pais, aos professores? Quais são as condições que facilitam e as que dificultam o exercício profissional? Ele recebe apoio durante sua prática? Como estão os

recursos humanos e materiais para o orientador desenvolver os seus trabalhos?

Grinspun (2014) afirma que hoje a orientação tenta ajudar os problemas dos alunos e de toda a comunidade escolar, com uma melhor compreensão do sujeito e de suas relações dentro e fora da escola.

A necessidade da Orientação educacional no contexto atual, na medida em que ela pode ajudar – e muito – a pensar, refletir, analisa esse contexto , partindo do cotidiano local. Caminhando para a análise do cotidiano global. (GRINSPUN, 2014, p 96)

Segundo o site da Secretaria de Educação do Distrito Federal, a rede pública de ensino do DF, conta com 677 escolas, sendo 596 urbanas e 80 rurais. Além de 48 Centros de Educação da primeira infância e 56 creches conveniadas, totalizando 781 unidades escolares. Nesse total, estão incluídas as escolas parque, centros de línguas e de ensino profissionalizante. Atendendo cerca de 450 mil estudantes, distribuídos em 17 mil turmas, com 28 mil professores ativos e quatro mil temporários.

Para atender a essa quantidade de alunos, hoje a rede conta com 715 orientadores em cargos ocupados e com um déficit de 485 em cargos vagos, totalizando 1.200 profissionais. Escolhi uma pequena amostra em cada uma das etapas de ensino, infantil, fundamental e EJA.

O objetivo geral é identificar e analisar como se dá o papel teórico e prático do orientador educacional, diante das demandas cotidianas no desempenho do seu trabalho em escolas públicas de educação infantil, de ensino fundamental e de EJA.

Para alcançar o objetivo geral, foi preciso traçar uma série de objetivos específicos:

- Compreender conceitos do papel do orientador educacional nas bases teóricas.
- Compreender conceitos do papel do orientador educacional nas bases legais.

- Comparar o papel prático do orientador educacional, suas práticas e desafios em escolas públicas com as bases legais e teóricas.

CAPÍTULO II: METODOLOGIA

2.1 Método

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa exploratória, Gil (2008) diz que uma pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. Sendo assim, o pesquisador terá uma maior proximidade com o problema, para que possa construir hipóteses sobre o mesmo. Será feita uma articulação entre conhecimentos práticos, teóricos e legais.

Segundo Goldenberg (2004), os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Concordando com a autora, e compreendendo a importância da pesquisa qualitativa nos estudos em educação, escolhi essa abordagem para realizar esta pesquisa.

O contexto da pesquisa é constituído pelo SOE – Serviço de Orientação Educacional, instituídos em três escolas públicas do Distrito Federal, nas esferas da educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos – EJA, os sujeitos serão os orientadores educacionais de tais escolas, através de entrevistas semi estruturadas, , registro do campo que serão previamente combinados com os sujeitos inseridos no processo.

A ideia inicial, era realizar a pesquisa nas escolas onde estudei durante toda a educação básica, Escola Classe, Centro de Ensino Fundamental, Centro de Ensino médio e Centro de línguas, todos localizados na cidade de Ceilândia - Distrito Federal. Porém, quando o contato inicial foi feito na escola classe e centro de línguas, ambos estavam sem orientadoras, por afastamento médico e por falta de profissionais disponíveis na rede, o que causou grande frustração.

Com isso, decidi ampliar a perspectiva de cidades e procurei escolas na cidade do Riacho Fundo II - DF, onde resido atualmente, na qual encontrei um Centro de Educação Infantil, que dispunha de duas orientadoras educacionais

em exercício. Realizei a entrevista com apenas uma, devido a disponibilidade de horários, no mês de agosto do ano de 2018.

As escolas de ensino fundamental e médio, localizadas em Ceilândia, DF, ainda dispunham de orientador educacional. Fiz o um contato inicial na instituição de ensino fundamental, fiz um primeiro contato com professores antigos e posteriormente com a orientadora educacional. A instituição dispõe de duas orientadoras em seu quadro de funcionários, mas apenas uma está em exercício, a outra está afastada, cerca de dois meses, considerando o ano e o mês em que a pesquisa foi realizada, setembro de 2018.

A instituição onde cursei o ensino médio dispunha de duas orientadoras educacionais, uma atuando com o ensino médio regular e outra na educação de jovens e adultos, realizei um contato inicial com a direção escolar e posteriormente com as orientadoras, devido a disponibilidade de horário, entrevistei a orientadora atuante na EJA.

A análise documental legal foi feita a partir da leitura e análise de legislações, Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação e Diretrizes voltadas para a orientação educacional.

Foi realizada a análise dos dados coletados nas etapas anteriores e com isso desenvolvendo considerações finais acerca dos objetivos levantados no início da pesquisa.

2.2 Participantes

A identidade dos participantes foi preservada, foram utilizados nomes alternativos. A pesquisa foi realizada em três escolas públicas do Distrito Federal, um Centro de Educação infantil, localizado no Riacho Fundo II, um Centro de Ensino Fundamental e um Centro de Ensino Médio, ambos localizados em Ceilândia. Por conhecer profissionais que trabalham nas respectivas escolas, tive uma facilidade de adentrar as escolas, para realizar a pesquisa.

Todas as participantes inseridas no processo da pesquisa e na entrevista, estavam cientes que os dados eram para fins de uma pesquisa para um trabalho de final de curso, com isso assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido.

2.3 Instrumentos

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, através de perguntas geradoras, que deixam o entrevistado à vontade para discorrer sobre o assunto e não ficar preso a respostas como “sim” ou “não”. As perguntas geradoras tinham como objetivo que a entrevistada falasse sobre a sua rotina, sobre as dificuldades na orientação, o apoio ou a falta dele dentro da comunidade escolar, perguntas como: “ Qual o papel do orientador educacional dentro da escola?”, “Quais são as dificuldades encontradas durante a prática?”.

As entrevistas foram gravadas e integralmente transcritas posteriormente, devido a estrutura, as entrevistadas obtiveram uma maior abertura para abordarem assuntos, como experiências particulares, enriquecedores para o desenvolvimento da pesquisa.

2.4 Procedimento

Procurei as escolas onde eu havia estudado desde a educação infantil ao ensino médio e o centro de línguas, presencialmente, onde pude constatar que apenas duas das quatro instituições dispunham de orientador educacional, o que me causou grande frustração, por esse motivo, decidi, ampliar as buscas e procurei escolas na Região Administrativa onde moro atualmente.

Procurei a orientadora do Centro de Educação Infantil, que me recebeu de uma forma muito acolhedora, se dispôs a me ajudar em outras etapas do trabalho, disponibilizou número de telefone e e-mail, explicou detalhadamente como desenvolvia o trabalho dentro da escola, como eram as relações com a comunidade escolar.

Na instituição de Ensino Fundamental II fiz um contato inicial com professores antigos e depois com a orientadora, que também me recebeu de maneira acolhedora e receptiva.

A instituição de Ensino Médio, foi um pouco mais burocrática, procurei inicialmente a direção da escola, que me solicitou uma carta de encaminhamento, só assim seria autorizada a entrevista, solicitei a minha

orientadora o documento e logo depois retornei ao campo. Minha entrada foi autorizada e segui com a pesquisa de campo.

As entrevistas foram realizadas dentro da sala do SOE - Serviço de Orientação Educacional, onde comecei me apresentando, como aluna na UnB - Universidade de Brasília, do Curso de Pedagogia. Apresentei a intencionalidade da pesquisa e iniciei as perguntas, que não tiveram uma ordem, foram escolhidas dentro do roteiro de acordo com as falas das entrevistadas.

CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS DADOS

3.1 Contexto em que a orientação está inserida

As escolas estão localizadas da Região Administrativa IX, que segundo dados da Codeplan (Companhia de Planejamento do Distrito Federal) do Pdad - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (2015), contava com 489.351 habitantes. Segundo o PPP – Projeto Político Pedagógico (2017-2019), a instituição de Ensino Médio foi inaugurada em 12 de novembro de 1971, como um Centro de Ensino de 1º grau. No ano 2000a função foi devidamente alterada e centro passou a ser especializado em Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, atendendo cerca de 2.829 alunos, divididos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

O Centro de Ensino Fundamental, localizado na mesma RA, foi inaugurado no dia 02 de outubro de 1975, já como instituição de ensino fundamental, até o ano de 2001 funcionou nos três turnos, mas atualmente funciona apenas nos períodos matutino e vespertino, atendendo cerca de 1.200 alunos.

O Centro de Educação Infantil está localizado na RA XXI, que segundo dados da Codeplan do Pdad (2015), contava com 51.709 habitantes e vem crescendo consideravelmente, devido a grande quantidade de programas habitacionais existentes na região. Segundo o PPP (2017-2019) a instituição foi inaugurada em 31 de março de 2002, inicialmente destinada ao atendimento exclusivo da Educação Infantil, hoje faz atendimento educacional a quatro

modalidades de ensino: Educação Precoce, Educação Infantil, Educação Especial e 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.

3.2 Quem são os orientadores educacionais das escolas públicas do Distrito Federal?

Diante da quantidade de orientadores atuantes nas escolas públicas do Distrito Federal, foi escolhida uma amostra em cada uma das etapas escolares. Com os dados da pesquisa foi possível constatar que os orientadores educacionais atuantes nas escolas públicas do Distrito Federal, selecionadas para compor a amostra, são em sua grande maioria mulheres, casadas e com a média de dois filhos cada.

Atualmente trabalham na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, ensino fundamental II e Educação de Jovens e Adultos.

Tabela 1 _ Atuação das orientadoras

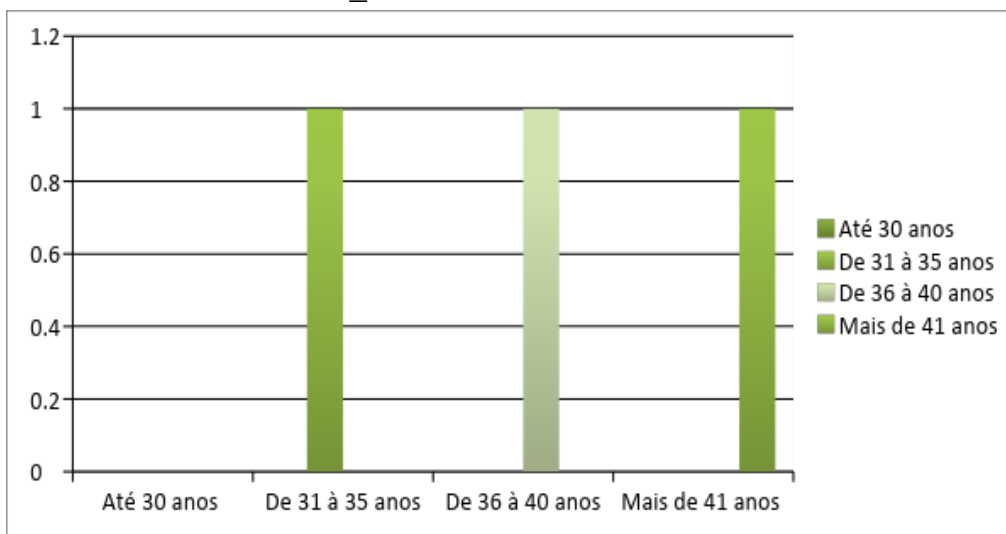
Quantidade de orientadoras entrevistadas	Região Administrativa
Educação Infantil 1	Riacho Fundo II – Distrito Federal
Ensino Fundamental (anos finais) 1	Ceilândia – Distrito Federal
Educação de Jovens e Adultos 1	Ceilândia – Distrito Federal

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos (2018)

De acordo com os dados, todas atuam na área há mais de dez anos, como foi demonstrado no gráfico 2 e passaram pelas diversas etapas que a

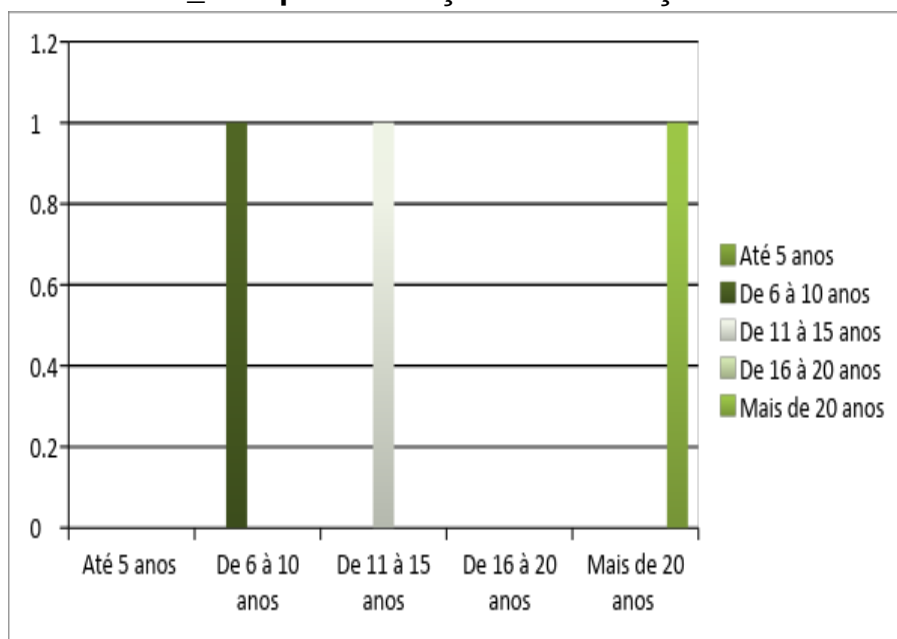
rede pública de ensino abrange. Possuem idades semelhantes, variando de 35 à 42 anos de acordo com o gráfico 1.

Gráfico 1 _ Idade das orientadoras educacionais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos (2018)

Gráfico 2 _ Tempo de atuação na orientação educacional.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos (2018)

3.3 A escolha do curso e habilitação

As três entrevistadas possuem formação em ensino superior em pedagogia com habilitação em orientação educacional. Quando questionadas sobre a escolha da profissão, duas delas, não tinham a pedagogia e a orientação como primeira opção em relação ao curso superior.

Maria¹, atua nos anos finais do Ensino Fundamental, ingressou primeiramente em um curso de Fonoaudiologia, por não identificar-se com a área saiu. Em busca da profissão ideal, escolheu o curso de Psicologia. Contudo, não teve apoio da família quando abandonou a graduação anterior, com isso teve que arcar com as despesas do novo curso, por ter uma mensalidade alta, então decidiu ingressar em um curso mais barato, o curso de pedagogia. Na época em questão, a grade curricular da instituição de ensino, permitia que o aluno escolhesse a habilitação na qual desejava atuar, regência na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, educação especial e orientação educacional. Em uma de suas falas disse: “Eu nunca quis trabalhar em sala de aula, lecionando, por isso havia escolhi a orientação educacional”.

Mônica, atua na Educação de Jovens e Adultos, tinha como pretensão ingressar no curso de Direito na Universidade de Brasília, mas sua nota no vestibular não foi o suficiente e ir para uma instituição de ensino privada, não era uma opção, devido às condições financeiras, então optou por um curso que sua nota era suficiente, Pedagogia.

A escolha pela habilitação em orientação educacional se deu, pois entre as habilitações que o curso de Pedagogia oferecia, era a única, em que não precisaria lecionar.

Laura, atua na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, teve uma trajetória diferente das demais, sempre quis o curso de pedagogia,

¹ Todos os nomes foram substituídos por pseudônimos.

pois se identificava com área da educação. Quando ingressou no curso em uma instituição particular, conheceu as habilitações e procurou conhecê-las da melhor maneira possível, dentre as áreas identificou-se com a orientação educacional e deu segmento a carreira.

3.4 Formação continuada

A Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF) possui uma escola de formação continuada Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação - EAPE, onde os profissionais atuantes na secretaria, podem fazer cursos ofertados semestralmente, tais cursos contribuem para uma progressão nas carreiras docentes e dos especialistas em educação, como é o caso dos orientadores. Todas as orientadoras entrevistadas realizam cursos da EAPE, como uma forma de formação continuada e atualização na carreira.

Laura, além dos cursos da EAPE, fez pós-graduação em psicopedagogia em uma instituição particular, pois disse “Senti falta de alguns conhecimentos, quando comecei a desenvolver minha prática, por isso, busquei a pós-graduação, que me ajudou a compreender melhor algumas dificuldades que os alunos apresentam”.

Maria utiliza apenas os cursos oferecidos pela EAPE, como forma de atualização e formação continuada.

Após ingressar na SEEDF, Maria pode realizar seu sonho de cursar direito e logo após a conclusão, fez uma pós-graduação em direito público. Mas em relação a sua área de atuação como OE, utiliza os cursos da EAPE, como forma de atualização profissional.

3.5. O que fazem os orientadores educacionais das escolas públicas do Distrito Federal?

A obrigatoriedade da orientação educacional deixou de valer desde que a atual LDB entrou em vigor, a lei nº 9394/96, mas mesmo assim (22 anos) doze anos após a lei, os orientadores permanecem realizando seu trabalho dentro de escolas públicas e privadas.

Há uma necessidade e uma importância do trabalho da orientação dentro das escolas, não somente para atender alunos com problemas, mas para que os problemas que os alunos e a comunidade escolar estão enfrentando sejam compreendidos e que se busque uma solução coletiva. Conforme relatam as orientadoras entrevistadas:

“Quando chego à escola, vejo minha agenda, se tenho algo, marcado com pais, professores ou com algum aluno. Geralmente faço os atendimentos de acordo com as demandas que os professores me encaminham. Nos conselhos de classe, os professores pontuam os alunos que precisam que eu converse, que esteja com alguma dificuldade de aprendizagem ou que mudaram de comportamento repentinamente, também tem os alunos que já são acompanhados pelo SOE ou pelo conselho tutelar. O atendimento com os alunos, busco ter uma conversa informal, perguntas que levam ele a me contar o que está acontecendo na escola, em casa e a partir daí ou peço que ele faça uma atividade de sondagem, ou desenhos, cada caso é um caso. Cada dia na vida do orientador é único, eu posso estar aqui conversando com você e alguma criança aparecer chorando ou algum responsável e eu tenho que parar tudo que estou fazendo para atendê-lo, alguns assuntos podem esperar, outros não, o trabalho do orientador é investigar, mediar, procurar soluções para os problemas dos alunos, seja ele dentro ou fora da escola, para que esse aluno possa se desenvolver e aprender de uma maneira completa, que é direito dele” (Laura, Orientadora da educação infantil)

“O orientador educacional media as relações dentro e fora da escola, através de conversas, atividades de sondagem, para compreender o suas relações dentro e fora da escola, que de certa forma, estão prejudicando o seu aprendizado” (Maria, Orientadora do ensino fundamental II)

“O meu papel dentro da escola é desenvolver atendimentos, projetos que mediam as relações e dificuldades dos alunos, buscando o aprendizado deles” (Monica, orientadora da EJA)

Diante dos relatos pude perceber que todas as orientadoras veem a principal função do orientador educacional é mediar relações dentro e fora da escola, buscando a aprendizagem dos educandos.

“A educação é uma prática social, e a orientação deve ser vista como uma prática que ocorre dentro da escola, mas cujas atividades podem e devem ultrapassar seus muros” (GRINSPUN, 2011, p.24)

3.5.1 A orientação em relação aos professores e à direção

A escola é constituída por uma grande quantidade de profissionais, cada um exercendo um papel de suma importância para o desenvolvimento da instituição e desenvolvimento dos alunos.

A orientação educacional não é mais obrigatória nas escolas, segundo a atual LDB, mas devido a importância desse profissional, ele permanece com sua trajetória, entretanto, desde o início da profissão, o orientador educacional, teve que mostrar o seu papel dentro das instituições e infelizmente isso permanece atualmente em algumas instituições, como pude perceber no relato de uma das orientadoras.

“Todo começo de ano, faço uma apresentação de slides, mostrando para os novos professores, quais são as atribuições do orientador dentro da escola, mas mesmo assim no decorrer do ano, algumas professoras ainda encaminham para o SOE alunos com: problemas que poderiam ser facilmente resolvidos em sala de aula ou com indisciplina. Acho que isso ocorre na maioria das vezes pela rotatividade de professores que a escola recebe, os contratos temporários, porque os professores mais antigos na escola, já reconhecem o papel do SOE” (Laura, orientadora da educação infantil)

“A direção apoia meus projetos, me dá carta branca dentro da escola, os professores cedem o espaço e tempo de suas aulas, mas quando preciso de um trabalho que requer um tempo fora de sala de aula, aos sábados, por exemplo, os professores são os primeiros a reclamar, é nessa hora que eu tenho que mostrar o papel do orientador, a importância dos projetos de intervenção. Os professores também encaminham alunos com problema de disciplina para o SOE, não procuram compreender a razão daquela mudança de comportamento. Às vezes em uma simples conversa, eu consigo compreender e intervir naquele comportamento do aluno, algo que poderia ter

sido resolvido em sala, então acredito que os professores, querem atribuir ao SOE, muita de suas funções” (Maria, Orientadora do ensino fundamental II)

Esses relatos mostram que há um despreparo em relação aos professores, pois os mesmos devem buscar conhecer o papel de todos os atuantes na escola. Além disso, o orientador deve e precisa conhecer bem o seu papel, para que possa desenvolvê-lo da melhor maneira possível, sem desvio ou sobrecarga de funções.

“A necessidade da orientação nas escolas é que ela vai permitir avançar – junto com os professores – num conteúdo que possibilite ir além dos conhecimentos programados no currículo da escola, atingindo um currículo que esteja comprometido com a construção do sujeito/aluno na formação de sua cidadania” (GRISNPUN, 2014, p. 97)

Encontrei uma realidade diferente em uma das escolas, pois os professores possuem uma relação de parceria com a orientação, onde os orientadores têm seus papéis definidos e conhecidos dentro da comunidade escolar. Como relata uma das orientadoras:

“Tenho vários colegas que sofrem e fazem de tudo dentro das escolas, mas porque não conhecem o seu papel e não se impõem diante de direções autoritárias, mas aqui é diferente, a direção apoia todos os projetos, disponibiliza materiais e recursos para o desenvolvimento das atividades, os professores também são parceiros, sempre que preciso entrar em sala, eles cedem o espaço e o tempo de suas aulas, quando cheguei aqui já era assim, mas já trabalhei em algumas escolas, em que eu precisava reforçar para a direção, para os professores, coordenadores que meu papel não era de disciplinador de aluno e nem de psicólogo”. (Monica, Orientadora da EJA).

3.5.2 A orientação em relação às famílias

Há uma grande importância na participação da família no convívio e no acompanhamento escolar dos educando. Entretanto não é uma prática recorrente nos contextos da pesquisa.

“Eu tenho alunos órfãos, com pais vivos” (Maria, orientadora do Ensino Fundamental II)

“Alguns pais só aparecem na escola, quando comunicamos que vamos acionar o conselho tutelar” (Laura, orientadora da Educação Infantil)

“É muito raro você ver algum familiar participante na EJA, mesmo os menores de idade”. (Monica, orientadora da EJA)

São algumas das falas apresentadas pelas entrevistadas, quando o assunto foi sobre a família. A educação é dever do Estado, mas também dever das famílias, segundo a Constituição Federal de 1988.

Art 205 A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

“Muitas vezes eu marco consultas com especialistas, mesmo não sendo minha função, comunico aos responsáveis o dia e o horários e eles simplesmente não levam as crianças” (Laura, orientadora da educação Infantil)

Esse relato mostra o desvio de funções dentro da escola e a responsabilização que as famílias passam para a escola, de certa forma, querendo anular seus papéis dentro do processo de formação das crianças.

O orientador é um elemento de ligação entre escola e a família, procurando obter uma colaboração de mão dupla, colocando em prática o objetivo que é o desenvolvimento pleno do educando.

Isso também nos remete a questionar por quais motivos os pais deixam para a escola a responsabilidade pela educação dos filhos. O fato das famílias não comparecerem aos eventos agendados, não levarem os filhos às consultas agendadas pela Orientação Educacional deixa uma pista para investigar mais sobre o papel da família e sua parceria com a escola.

3.5.3 A orientação em relação aos alunos

O trabalho do OE dentro da escola é direcionado para que o aluno se desenvolva de uma forma integral, visando diminuir os obstáculos presentes e

mediando as relações entre educador, família e educando, objetivando a aprendizagem dos alunos.

“Quando um aluno vem a minha sala, preciso desconstruir o papel que alguns professores criam para os alunos sobre o SOE, que é algo punitivo, a criança chega aqui e precisa se sentir bem, em um ambiente acolhedor” (Laura, orientadora da Educação Infantil)

A falta de conhecimento e reconhecimento do trabalho do SOE dos demais profissionais da escola prejudica o desenvolvimento das atividades e o cumprimento dos objetivos da orientação, o aluno precisa saber que o SOE é um lugar de acolhimento, onde ele deve se sentir vontade para se abrir, questionar.

“Alguns alunos quando vem para o SOE, já estão saturados de ouvirem reclamações e veem o SOE como mais uma forma de punição, quando recebo o aluno procuro escutá-lo, muitas vezes a disciplina, a falta de vontade de estudar acontece porque o aluno está com fome, sofre agressões em casa, está passando por problemas familiares, e o que ele precisa é de alguém por ele, alguém que escute ele” (Maria, orientadora do Ensino Fundamental)

Aqui, podemos perceber a importância do papel do orientador educacional no ambiente escolar, um profissional que compreende a subjetividade da juventude como afirma Grispun (2011):

A subjetividade envolve, então, tanto o conhecimento em si, como a emoção, o simbólico e a representação que o indivíduo faz da própria realidade, assim como o que está disponibilizado pela sociedade e é apreendido e interpretado pelo indivíduo (Grispun, 2011, p. 217)

Giacaglia e Penteado (1997) ainda afirmam que:

Pois o indivíduo que aprende é um ser complexo que se desenvolve não só no aspecto intelectual como também, e concomitante, no afetivo-emocional, físico-motor, social, sexual, vocacional, enfim, em todos os aspectos de sua personalidade. Por esta razão e também porque dificuldades ou problemas nessas áreas poderão afetar o rendimento escolar do aluno, o orientador não pode desconsiderá-las no seu trabalho (Giacaglia e Penteado, 1997, p.99)

Os projetos são realizados a partir de necessidades observadas dentro da comunidade escolar, objetivando um trabalho que atinja uma quantidade maior de alunos e profissionais envolvidos no processo.

“Os alunos recebem bem minhas propostas de projetos, esse semestre tivemos o projeto de valorização da vida, trouxe eles pra cá e construímos essas árvores com alguns valores” (Mônica, orientadora da EJA)

Nesse sentido, Grinspun afirma que:

A orientação, através de projetos, pesquisas e planos de ação, oferecerá subsídios que levarão os alunos a se integrarem socialmente, a partir de uma visão geral da realidade brasileira e dos múltiplos aspectos que a compõem: psicológicos, sociais e culturais (Grinspun, 2011, p.75)

Grinspun (2011) ainda ressalta a importância do desenvolvimento de projetos, pois estimulam os alunos a perguntar, pesquisar e criar:

A orientação poderá desenvolver um trabalho que estimule o PPC - perguntar, pesquisar e criar dos alunos, através de projetos, por exemplo, que incentivem colaborar com a formação do sujeito, além do conhecimento intelectual/ racional, indo até o conhecimento emocional que envolve valores e sentimentos (Grinspun, 2011, p.191)

3.5.3.1 Projetos realizados nas escolas

Com a leitura dos Projetos Políticos Pedagógico e com as entrevistas realizadas com as orientadoras, houve um destaque dos projetos integradores desenvolvidos na escola, coordenados pelo SOE e que abrangem toda a instituição.

Alguns dos projetos a serem realizados nos anos de 2018 e 2019 no Centro de Educação Infantil:

Resgatando valores através das brincadeiras, artes e meio ambiente: Práticas de letramento/alfabetização/letramento/ludicidade.

- Possibilitar as aprendizagens, a partir da democratização de saberes, em uma perspectiva de inclusão considerando os eixos transversais:

Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos humanos e Educação para a Sustentabilidade;

- Promover atividades que provoquem a curiosidade, questionamentos e a imaginação;
- Estudos sobre temáticas relacionadas ao processo ensino e aprendizagem no decorrer do ano letivo com o envolvimento da Supervisão e Coordenação Pedagógica e dos demais profissionais da educação;
- Promover as aprendizagens tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo e a formação de atitudes e valores, permitindo vivências de diversos letramentos.
- Promover atividades que desenvolvam a capacidade de simbolizar, perceber e compreender o mundo e suas diversidades;
- Realizar coordenações quinzenais e/ou bimestrais para estudar a Psicogênese da linguagem escrita;
- Promover semestralmente no decorrer do ano letivo, encontros com especialistas e professores da área de alfabetização;
- Incentivar a formação continuada dos professores e demais funcionários (as) da escola.

Segundo PPP da instituição dos anos finais do Ensino Fundamental, alguns dos projetos a serem desenvolvidos nos anos 2017, 2018 e 2019 são:

I - “Bullying Não é Brincadeira”:

Que tem como público todos os alunos do 6º ao 9º ano, nos turnos matutino e vespertino e tem o SOE como equipe responsável.

Objetivo Geral: Promover o esclarecimento sobre o Bullying e os danos físicos e/ou morais que pode causar às vítimas dessa prática.

Objetivos Específicos:

- Estimular debates quanto à prática do Bullying;
- Diminuir a incidência de casos de violência dentro e fora da escola;
- Promover reflexões sobre diversidade cultural;

- Gerar nos alunos o reconhecimento da pluralidade da sociedade em que vivem e o respeito aos colegas.

II. “Projeto de Combate ao Aedes Aegypti: Todos contra a Dengue”

Que tem como público alvo todos os alunos do 6º ao 9º ano, nos turnos matutino e vespertino e suas famílias e tem o SOE como equipe responsável.

Objetivo Geral: Alertar e conscientizar os estudantes sobre a importância de respeitarmos o patrimônio escolar e termos um bom relacionamento com as pessoas que compõem toda a comunidade escolar.

Objetivos Específicos:

- Modificar atitudes e práticas pessoais dentro da escola;
- Promover atividades que visem a conscientização sobre a importância da organização e limpeza do ambiente escolar;
- Observar e decorar o ambiente com cartazes e normas de convivência;
- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de cooperação;

III. “Projeto Gincana das Cores”

Que tem como público todos os alunos do 6º ao 9º ano, nos turnos matutino e vespertino e tem o SOE como equipe responsável.

Objetivo Geral: Propor aos nossos alunos provas e desafios que os levem a perceber que a aprendizagem também se faz para além da sala de aula e que seja capaz de resolver situações problemas do raciocínio e da cooperação mútua, estabelecer relações de competitividade, respeito e de inclusão.

Objetivos Específicos:

- Promover a socialização e integração dos estudantes de diferentes turmas;
- Desafiar o espírito de competitividade e imaginação dos estudantes;
- Desenvolver uma preocupação mais aguçada com as atividades socioambientais;

- Promover a inclusão e respeito ao próximo;

Alguns dos Projetos integradores na Educação de Jovens e Adultos, a serem desenvolvidos nos anos de 2018 e 2019.

I. **Novos Mercados / Novas Possibilidades**

Público-alvo: Alunos do Ensino Médio e EJA .

Descrição do Projeto: A conclusão do ensino médio já não é mais vista como suficiente para o ingresso no mercado de trabalho. Após esta etapa muitos enfrentam dúvidas para ingressar no mercado de trabalho ou continuar os estudos e escolher um curso em uma Instituição de Ensino Superior. A maioria dos jovens deseja ingressar em um curso superior, apesar da dificuldade de escolher o mesmo, mas se esta for assertiva pode ser fundamental para contribuir no desenvolvimento profissional, que pode gerar um futuro promissor para o jovem no mercado de trabalho. O Projeto visa ampliar o leque de conhecimentos com a presença das universidades, faculdades, cursos e demais instituições no recinto escolar, trazendo ao aluno informações sobre as datas, financiamentos, provas e vestibulares; além de estimular a criatividade, o trabalho em equipe e a organização, tendo como base a entrada e condições de ingressos no mercado de trabalho.

II. **Feira de Ciências – EJA**

Público-alvo: Alunos do 1º, 2º e 3º segmentos - EJA

Descrição do Projeto: Do conhecimento científico nasce o raciocínio argumentativo que é extremamente relevante ao avanço deste conhecimento. De posse do conhecimento científico, os educandos poderão construir modelos – esclarecer desenvolver explicações do mundo físico e natural e serem capazes de interagir com eles. Precisam demonstrar que aprenderam significativamente os conceitos implicados associados ao trabalho defendido, e que desenvolveram a capacidade de responder a questionamentos sobre o seu trabalho, diante da aquisição de novas aprendizagens. O conhecimento nasce da percepção do que vemos, bem como, de onde estamos, e, sobretudo, da história que construímos. Estimular os alunos a produzir trabalhos de investigação

científica, a valorizar o trabalho educativo interdisciplinar e contextualizado realizado na escola. Identificar, elaborar e modelar projetos que evidenciem uma construção de conhecimentos de consciência crítica sobre fatos do cotidiano relacionados aos fenômenos físicos, sociais e naturais. Perceber a interação e o diálogo entre as diversas disciplinas e áreas do conhecimento; utilizando linguagem técnico-científica, oral e escrita, para expor ideias, observações, experiências e conclusões.

III. **Semana cultural – EJA**

Público-alvo: Alunos do 1º, 2º e 3º segmentos - EJA

Descrição do Projeto: Este projeto representa mais uma ação de incentivo ao desenvolvimento de trabalhos ricos em possibilidades para a expressão da criatividade e para o desenvolvimento da autonomia e de habilidades. Em síntese, busca, fundamentalmente, ampliar o espaço para o desenvolvimento da curiosidade científica em suas dimensões histórica, social e cultural, SEEDF/CREC/... 28 considerando os questionamentos que nascem das experiências empíricas, das expectativas e estudos teóricos dos estudantes. Tornar o aluno protagonista do conhecimento em suas potencialidades manuais e artísticas; desenvolvendo a análise e a crítica sobre a cultura popular, o mercado de trabalho e suas nuances; assim proporcionando uma integração entre pensar, saber, aprender e ser. Além disso, conhecer e compreender criticamente os valores componentes da pluralidade cultural, da cidadania, da ética, por meio da formação crítica e emancipadora.

Os orientadores educacionais estão envolvidos em projetos dentro da escola, trabalhando diversos aspectos culturais, vocacionais, de integração escola-comunidade com o objetivo do desenvolvimento integral dos educandos. O trabalho do orientador vai muito além do que é conhecido do senso comum e de alguns profissionais presentes no ambiente escolar.

Projetos como esses citados anteriormente promovem a cooperação, o respeito pelo próximo. O desenvolvimento de atividades vocacionais abrem

novos parâmetros para alunos de ensino médio e da Eja, com novas possibilidades após a conclusão da escola.

3.5.4 A importância das redes de apoio

A escola funciona em decorrência do trabalho de uma série de pessoas engajadas e envolvidas, que tem como objetivo a aprendizagem e o pleno desenvolvimento dos alunos. Atuando dentro de um contexto limitado, o orientador deve buscar recursos além dos muros da escola e a partir dessa necessidade, surgiu a perspectiva do trabalho em rede social.

Santis (2006) conceitua o trabalho em redes:

“Trabalhar dentro de uma perspectiva de redes sociais implica tentar reconstruir nossa maneira de enxergar e compreender o mundo em que vivemos. Significa admitir que tudo está em relação com tudo e que não há como isolar uma parte sem considerar o todo e nem trabalhar o todo desconsiderando suas partes mais específicas, pois, na partícula mais minúscula do universo, encontramos a complexidade que o caracteriza”.(Santis, p. 7,8, 2006)

Segundo os dados da pesquisa, a partir das falas das orientadoras, as redes sociais são os serviços ofertados pela SESDF - Secretaria de Estado e Saúde do Distrito Federal e os conselhos tutelares.

“Existem as redes de apoio, que são os conselhos tutelares, para famílias assistidas, faculdades públicas e privadas que tem convenio com o GDF (Governo do Distrito Federal), que oferecem atendimentos, é o que ajuda muitos alunos encaminhados para psicólogos ou fonoaudiólogos, porque se for esperar o SUS (Sistema Único de Saúde) vai demorar anos na fila de espera”. (Maria, Orientadora do Ensino Fundamental II).

“As redes de apoio existem, mas algumas não funcionam. Aqui na escola, temos muitos alunos em LA (Liberdade Assistida) e o Conselho Tutelar não tem nenhum controle sobre a frequência, desempenho desses alunos na escola, porque muitos deles, vem aqui fazem a matrícula e somem, então não tem um acompanhamento efetivo. O que funciona, é o apoio da polícia militar

que sempre está rondando pela escola, o convenio com faculdades públicas e particulares". (Mônica, Orientadora da Eja)

Com isso, percebi a importância dessas redes de apoio para o desenvolvimento do trabalho do orientador, mas que não é garantido aos alunos e seus responsáveis, pois segundo o relato das orientadoras, alguns desses serviços não funcionam da maneira correta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os orientadores educacionais das escolas públicas do Distrito Federal, segundo a quantidade representada na pesquisa, são a maioria mulheres, casadas, com filhos com idades entre 31 e 42 anos, atuantes na Secretaria de Educação há mais de dez anos.

Com uma pesquisa ao site de transparência dos servidores efetivos do Distrito Federal, e até o ano desta pesquisa são 715 orientadores em cargos ocupados e um déficit de 485 cargos vagos. Para atender cerca de 450 mil estudantes, há uma quantidade desproporcional de alunos e orientadores, e algumas escolas ficam sem esse profissional de extrema importância dentro do quadro de profissionais.

No decorrer da pesquisa e em sua conclusão, pude perceber que a identidade do real papel do orientador educacional é desconhecida pela comunidade escolar, porque a orientadora tem que explicar o que ela faz na escola toda vez que inicia o ano letivo, e mesmo assim os professores de contrato temporário têm dificuldades para saber sobre a função da Orientação Educacional na escola. Com isso pode criar-se uma dificuldade de integração do trabalho da orientação com o corpo docente.

A busca pelo reconhecimento do seu papel é presente desde o período de sua implementação no Brasil, o que me faz refletir sobre a desvalorização de um profissional tão importante no desenvolvimento escolar dos educandos.

O orientador realiza algumas atividades que não estão presentes em suas atribuições, devido à negligência do conselho tutelar, quando não acompanha o desenvolvimento dos alunos “acompanhados”, a falta de conhecimento de alguns professores dentro das instituições de ensino, ou pela falta de interesse por parte da família que não acompanha e não comparece a escola para saberem sobre seus filhos.

A escola pública tem diversos problemas de estrutura física e humana. Encontrei escolas, onde todos os espaços foram destinados a sala de aulas, limitando a comunidade escolar quanto a uma exploração dos espaços com atividades que não sejam regência, para desenvolvimento de projetos, por exemplo. Problemas de estrutura humana, devido à rotatividade de professores presente, o que compromete o desenvolvimento de um trabalho em longo prazo.

Também foram encontrados problemas, quanto à sobrecarga destinada ao trabalho do SOE, uma única orientadora, realizando o trabalho de duas, o que provavelmente, não tem como consequência um trabalho ideal para os alunos.

Todavia, devo destacar a participação do Orientador Educacional em projetos da escola, tais como: Todos contra o Bullying, Projeto de Combate ao Aedes Aegypti: Todos contra a Dengue, Projeto Gincana das Cores, Novos Mercados / Novas Possibilidades, Feira de Ciências e Semana Cultural nos quais o trabalho da Orientação se integra ao trabalho pedagógico, a relação com a comunidade, ao desenvolvimento das habilidades para escolha profissional e a descoberta de talentos para a ciência. Neste sentido, o trabalho da OE se concretiza como participação no Projeto Político Pedagógico da escola.

Mesmo não sendo obrigatória dentro das escolas, a orientação educacional resiste, mas se não houver uma valorização urgente da profissão, a mesma corre o risco de não resistir às adversidades encontradas.

O problema quanto à valorização profissional do orientador e ao reconhecimento de seu verdadeiro papel dentro das escolas começam na formação de professores, pois é inadmissível, professores chegarem à escola sem reconhecer o papel do Orientador Educacional, fazendo com que o mesmo desenvolva papéis que são dos professores. Outro problema é quanto à sobrecarga do profissional, esta forma sobre trabalho faz com que o educando não receba o que lhe é garantido em lei, que é uma educação pública de qualidade.

Cabe uma também uma reflexão quanto aos cursos de formação de professores, pois em uma das falas das orientadoras, ela disse que alguns professores na escola, não sabem qual o papel do orientador educacional. Os cursos de formação, deveriam trabalhar melhor com uma melhor formação quanto a orientação educacional, focando com clareza o papel do orientador, suas atribuições, desconstruindo a visão do senso comum, em que a orientação é somente para resolver conflitos, pois ela é muito abrangente e essencial para uma formação integral dos educandos.

PERSPECTIVAS FUTURAS

O período que estive na UnB me proporcionou uma transformação interna e externa muito grande, sou muito grata pela formação em pedagogia. Como plano a curto e médio prazo, quero iniciar em uma pós-graduação em orientação educacional, ingressar em um concurso público no âmbito educacional e me dedicar aos estudos das línguas inglesa e espanhola. Em longo prazo desejo fazer mestrado e doutorado, em estudos comparados sobre a educação, relacionado à formação de professores, na Universidade de Brasília, contribuindo com estudos sobre essa área tão importante no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Nº 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em Setembro de 2018.

Código de ética dos orientadores educacionais. Disponível em: <<http://www.asfoe.com.br/codigo.htm>>. Acesso em 24 de setembro de 2018.

DANTAS, Márcia Medeiros. **A contribuição do orientador educacional no processo de inclusão escolar em uma escola rural do Distrito Federal.** 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/2415>. Acesso em: 05 de setembro de 2018.

Decreto lei nº 72.846/73. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72846-26-setembro-1973-421356-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 18 de setembro de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas. 2008. 206 p.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro, São Paulo. Record. 2004. 57p.

GRINSPUN, M. **A Orientação Educacional.** São Paulo, Cortez, 2011.

_____. **Autonomia e ética na escola: o novo mapa na educação.** São Paulo, Cortez, 2014.

Lei nº4024/61. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

Lei nº 5.564/68. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5564.htm>. Acesso em 18 de setembro de 2018

NÉRICI, Imídeo Giuseppe. **Introdução à Orientação Educação Educacional.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1992

OLIVEIRA, Dione Rodrigues de et al. **Serviço de orientação educacional: orientação pedagógica**. Brasília: [s.n.], 2010.

PASCOAL, Mirian; Honorato, Eliane Costa; ALBUQUERQUE, Fabiana Aparecida de. **Orientador educacional no Brasil**. Revista Educação, Belo Horizonte, n.47, Junho 2006. Disponível em: (http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982008000100006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 de setembro de 2018

PPP – **Projeto Político Pedagógico (2017-2019) - CEF 07 DE CEILÂNDIA**. Disponibilizado pela escola em 11 de setembro de 2018.

PPP – **Projeto Político Pedagógico (2017/2019) _ CEM 03 DE CEILÂNDIA**. Disponibilizado pela escola em 18 de setembro de 2018.

PPP – **Projeto Político Pedagógico (2017-2019) – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO RIACHO FUNDO II**. Disponibilizado pela escola em 11 de setembro de 2018

Quantidade de habitantes em Ceilândia. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Ceil%C3%A2ndia-1.pdf>>. Acesso em 1 de novembro de 2018.

Quantidade de habitantes no Riacho Fundo II. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Riacho-Fundo-II-1.pdf>>. Acesso em: 1 de novembro de 2018.

Quantidade de unidades escolares. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/unidades-escolares/>>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

SANTIS, Lúcia Maria de Oliveira. **A prática do pedagogo orientador educacional no ensino público do Distrito Federal: em rede social**. 2006. Disponível

em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100026&script=sci_arttext. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

Servidores efetivos. Disponível em: <<http://www.transparencia.df.gov.br/#/servidores/cargo-efetivo>>. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

ANEXOS**Universidade de Brasília**

Faculdade de Educação

Departamento de Teoria e Fundamentos

Pesquisa: Quem são os orientadores educacionais das escolas públicas do Distrito Federal?

Lana Rodrigues Oliveira

Perguntas geradoras

- I. Nome
- II. Sexo
- III. Idade
- IV. Tempo de atuação na área?
- V. Formação acadêmica?
- VI. Como e porque ingressou na área?
- VII. Qual é a função do orientador educacional na escola?
- VIII. Quais os problemas enfrentados durante a prática?
- IX. Como é a relação do orientador com os professores?
- X. Como é a relação do orientador com os alunos?
- XI. Como é a relação do orientador com os demais funcionários da escola?
- XII. Como é a relação do orientador com as famílias?
- XIII. Recebe apoio para desenvolver suas práticas?
- XIV. A formação acadêmica preparou para a prática?
- XV. Quais são as áreas prioritárias de atuação?



Universidade de Brasília

Faculdade de Educação

Departamento de Teoria e Fundamentos

Pesquisa: Quem são os orientadores educacionais das escolas públicas do Distrito Federal?

Lana Rodrigues Oliveira

Brasília, 17 de outubro de 2018.

Senhor(a) Diretor,

A aluna Lana Rodrigues Oliveira, matrícula 150014511, é aluna do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília e está atualmente na fase final de seu curso, momento de realização do trabalho de conclusão de curso, denominado no currículo do curso de “Projeto 5”, sob minha orientação, Prof^ª. Dr^ª. Maria da Conceição da Silva Freitas.

Sob minha orientação, Lana tem o interesse de investigar quem são os orientadores educacionais das escolas públicas do Distrito Federal e suas práticas. Por isso, ela gostaria de aprofundar mais essas questões por meio de um estudo empírico.

Desde já esclarecemos que o trabalho tem um cunho investigativo e que os procedimentos de pesquisa não oferecem nenhum risco ou prejuízo nem para a instituição nem para os entrevistados. Coloco-me a disposição de quaisquer dúvidas por meio do endereço eletrônico: mariadaconceicaosilvafreitas@gmail.com.

Atenciosamente,

Maria da Conceição da Silva Freitas



Universidade de Brasília

Faculdade de Educação

Departamento de Teoria e Fundamentos

Pesquisa: Quem são e o que fazem os orientadores educacionais das escolas públicas do Distrito Federal?

Lana Rodrigues Oliveira

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que fui informado(a) do objetivo geral da pesquisa sobre *Quem são e o que fazem os orientadores educacionais das escolas públicas do Distrito Federal?*, realizado por Lana Rodrigues Oliveira, aluna do curso de pedagogia da Universidade de Brasília, matrícula 150014511, sob orientação da Prof. Dr^a. Maria da Conceição da Silva Freitas.

O trabalho consiste em entrevistas semi estruturadas com o(a) orientador(a) educacional da escola sobre o tema. As entrevistas serão individuais e ocorrerão em um horário escolhido em comum acordo entre as partes.

A participação é totalmente voluntária e será garantido o sigilo do nome de todos os sujeitos participantes das entrevistas, como forma de preservar a identidade de cada um.

() Concordo em participar deste estudo

Local e data: _____.

Nome do(a) participante : _____.

Local de trabalho: _____.

Matrícula: _____.

E-mail do(a) participante: _____.

Assinatura do(a) participante : _____.